



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS



PROVA OBJETIVA PARA O CARGO DE

CONTADOR

Nível E

INSTRUÇÕES:

. Você está recebendo do fiscal:

- Um **caderno composto de 70 (setenta) questões** de múltipla escolha;
- Uma **Folha de Resposta definitiva**.

. Após autorização do fiscal de sala, verifique se as questões de 1 a 70 possuem 05 (cinco) alternativas precedidas das letras "a", "b", "c", "d" e "e".

. Será anulada a resposta da questão que tiver emenda ou rasura, ou mais de uma opção assinalada.

. No caso de constatar alguma falha comunique, imediatamente, ao fiscal. Não será aceita qualquer reclamação posterior.

. A prova terá a duração de **04 (quatro) horas**.

. Utilize caneta esferográfica de tinta preta ou azul e corpo em material transparente para responder e assinar a Folha de Respostas.

. Nenhum tipo de material para consulta poderá ser utilizado durante a prova.

. Os fiscais de sala não estão autorizados a prestar qualquer esclarecimento sobre a resolução das questões.

. Confira os seus dados, assine o local indicado e assinale as questões. **Não dobre e não amasse a Folha de Respostas. NÃO HAVERÁ SUBSTITUIÇÃO DA FOLHA DE RESPOSTAS.**

. Após terminar o preenchimento da Folha de Respostas entregue-a ao fiscal de sala.

. Somente após decorridas **DUAS HORAS do início da prova**, o candidato poderá entregar sua folha de respostas e retirar-se definitivamente da sala e do local de provas. O candidato que insistir em sair da sala de provas, descumprindo o aqui disposto, deverá assinar o **Termo de Ocorrência**, declarando sua desistência do Concurso Público, que caracterizará sua eliminação do certame. Na recusa do mesmo, serão convocados dois candidatos para assinarem o termo na qualidade de testemunhas.

. Somente será permitido levar o Caderno de Questões faltando 01 (uma) hora para o término das provas.

. Os dois últimos candidatos só poderão deixar a sala de prova juntos e, após as respectivas assinaturas em ata.

. O gabarito oficial preliminar será publicado no site **concursos.ufrr.br** até o segundo dia útil após a realização das provas.

CANDIDATO:

INSCRIÇÃO:

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia atentamente o poema abaixo.

As questões 1 e 2 devem ser respondidas com base nesse texto.

PENSÃO FAMILIAR

Manuel Bandeira

Jardim da pensãozinha burguesa.
Gatos espapaçados ao sol.
A tiririca sitia os canteiros chatos.
O sol acaba de crestar os gosmilhos que murcharam.
Os girassóis
amarelo!

resistem.

E as dalias, rechonchudas, plebeias, dominicais.

Um gatinho faz pipi.
Com gestos de garçom de *restaurant-Palace*
Encobre cuidadosamente a mijadinha.
Sai vibrando com elegância a patinha direita:

— É a única criatura fina na pensãozinha burguesa.
(In: Itinerário de Pasárgada, Ivan Ângelo, Global, 1998)

1

O efeito criado pela divisão da frase que compõe o quinto verso da primeira estrofe do poema, e que se encontra dividida em três linhas distintas, pode ser interpretado como:

- (A) Erro gramatical grosseiro cometido por um escritor pouco cuidadoso da matéria expressiva, haja vista que, em português, adjetivos devem concordar obrigatoriamente com os substantivos a que remetem, mesmo em textos poéticos.
- (B) Caso exemplar de emprego expressivo da matéria linguística, criando efeito de "close" no amarelo do girassol que inunda a imagem mental construída pelo poema.
- (C) Tentativa, por parte do poeta, de produzir desorientação no processo interpretativo, haja vista que busca induzir o leitor a pensar que os girassóis depressa estarão murchos.
- (D) Simples tentativa de preparar o espírito do leitor para a leitura do verso seguinte, que contém três adjetivos encadeados: rechonchudas, plebeias, dominicais,

todos empregados com valores altamente positivados.

- (E) Todas as alternativas anteriores estão parcialmente corretas, porque o poeta se preocupa com a legibilidade do seu poema.

2

Conforme a norma culta, a alternativa **CORRETA** é:

- (A) Os girassóis amarelos resistem.
- (B) Os girassol amarelo resiste.
- (C) Os girassóis amarelo resiste.
- (D) Os girassóis amarelo resistem.
- (E) Os girassóis amarelo! resiste.

3

Leia o enunciado que segue:

No evento, **solicitei** de todos os juristas que **escrevessem** um arrazoado para uma Lei que **salvará** a vida de crianças vulneráveis.

Assinale a alternativa em que as formas verbais em destaque estão devidamente classificadas na ordem em que aparecem no enunciado:

- (A) presente do subjuntivo - futuro do subjuntivo - futuro do indicativo.
- (B) imperfeito do indicativo - imperfeito do subjuntivo - presente do indicativo.
- (C) presente do indicativo - imperfeito do subjuntivo - futuro do pretérito.
- (D) presente do indicativo - imperfeito do subjuntivo - futuro do subjuntivo.
- (E) presente do indicativo - imperfeito do subjuntivo - futuro do indicativo.

4

Assinale a alternativa em que a regência verbal e a regência nominal estão em conformidade com a norma-padrão:

- (A) Ele esquecera de que, durante toda a vida, sempre esteve prestes por se humilhar para pedir pão.
- (B) Ele esquecera que, durante toda a vida, sempre esteve prestes perante se humilhar para pedir pão.
- (C) Ele esquecera de que, durante toda a vida, sempre esteve prestes a se humilhar para pedir pão.
- (D) Ele esquecera em que, durante toda a vida, sempre esteve prestes de se humilhar para pedir pão.
- (E) Ele esquecera de que, durante toda a vida, sempre esteve prestes perante se humilhar para pedir pão.

5

Assinale as frases que estão corretamente pontuadas, conforme a norma padrão:

- I. As mocinhas, desesperadas, espiavam pelas frestas da porta.
- II. As mocinhas, desesperadas, espiavam pelas frestas da, porta.
- III. As mocinhas, desesperadas, espiavam pelas, frestas da porta.
- IV. As mocinhas desesperadas espiavam pelas frestas da porta.
- V. As mocinhas, desesperadas, espiavam, pelas, frestas, da porta.

Agora responda: a sequência **CORRETA** é (C = Certo; E = Errado):

- (A) E; C; C; C; E.
- (B) E; E; E; E; E.
- (C) C; E; E; E; C.
- (D) C; E; E; C; E.
- (E) C; E; E; E; E.

6

Leia o trecho abaixo de John C. Maxwell e responda à questão.

"É necessário reconhecer que a comunicação eficaz é essencial em qualquer ambiente de trabalho, pois ela promove a compreensão mútua, reduz erros e fortalece o trabalho em equipe."

Com base no texto, pode-se concluir que:

- (A) A comunicação eficaz contribui para a redução de erros no ambiente profissional.
- (B) O trabalho em equipe dispensa a necessidade de comunicação.
- (C) A comunicação eficaz depende exclusivamente de tecnologias avançadas.
- (D) A compreensão mútua é irrelevante em contextos de trabalho técnico.
- (E) A comunicação eficaz só é importante para líderes e gestores.

7

Leia o texto abaixo e analise suas características:

Informamos a todos os servidores que, devido à manutenção na rede elétrica, o expediente será suspenso

na próxima sexta-feira, dia 15 de novembro. Pedimos que cada setor ajuste seu planejamento conforme necessário.

*Atenciosamente,
Administração Geral.*

Com base nas características do texto, é **CORRETO** afirmar que ele pertence ao gênero textual:

- (A) Relatório técnico.
- (B) Memorando.
- (C) Notícia de jornal.
- (D) Propaganda.
- (E) Carta aberta.

8

Leia as frases abaixo e identifique aquela que **NÃO** está de acordo com as regras da ortografia oficial da Língua Portuguesa:

- (A) A aplicação das regras de uso do hífen foi discutida durante a reunião.
- (B) É necessário entender as diferenças entre concerto e concerto para evitar equívocos.
- (C) Durante a reunião, enfatizou-se a importância de manter a consistência na escrita dos textos.
- (D) Na secretaria, estava a secretária esperando o relatório técnico.
- (E) O chefe pediu para verificar a ortografia do documento antes de enviá-lo.

9

O uso correto da ortografia oficial é essencial em toda e qualquer profissional, considerando a clareza e formalidade dos textos. Nesse sentido, assinale a alternativa em que o verbo destacado está grafado de forma **INCORRETA**:

- (A) Diante de uma situação inesperada, o técnico precisou **improvisar** uma solução temporária.
- (B) O setor de planejamento propôs **sistematizar** os processos para melhorar a eficiência.
- (C) A proposta foi elaborada com o objetivo de **universalisar** o acesso às informações do sistema.
- (D) Os gestores decidiram **avisar** os colaboradores sobre as novas diretrizes por e-mail.
- (E) A equipe técnica foi convocada para **analisar** os dados antes da reunião com a chefia.

10

Leia o trecho abaixo e responda à questão:

"O relatório apresentado pela equipe foi bem recebido pela chefia. A chefia destacou que o relatório deve ser revisado para corrigir pequenos erros. Após a revisão do relatório, ele será encaminhado ao setor responsável pela implementação das ações."

Com base no conceito de reorganização da estrutura de orações e períodos, escolha a alternativa que apresenta a melhor reescrita do trecho acima:

- (A) O relatório apresentado pela equipe foi bem recebido pela chefia e deverá ser revisado para corrigir pequenos erros. Após isso, será encaminhado ao setor responsável pela implementação das ações.
- (B) A chefia destacou que o relatório deve ser revisado para corrigir pequenos erros, que foi apresentado pela equipe e bem recebido. Após, ele será encaminhado ao setor responsável pela implementação das ações.
- (C) A equipe apresentou um relatório. A chefia elogiou o relatório. No entanto, ele precisa de revisão. Após isso, será encaminhado ao setor responsável.
- (D) O relatório apresentado pela equipe precisa de revisão, como destacado pela chefia, para corrigir pequenos erros antes de ser encaminhado ao setor responsável pela implementação.
- (E) A equipe apresentou um relatório. A chefia elogiou o relatório no entanto ele precisa de revisão. Após isso, será encaminhado ao setor responsável.

DIREITO ADMINISTRATIVO

11

Considerando o disposto no art. 37, da Constituição Federal, assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
- (B) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, enquanto são vedados aos estrangeiros.
- (C) É vedada em qualquer hipótese a contratação temporária no serviço público.
- (D) Os cargos em comissão se destinam a atribuições de direção, chefia de natureza técnica e assessoramento.
- (E) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.

12

Associe as duas colunas, relacionando os conceitos das entidades que fazem parte da administração indireta à sua definição:

1. Fundação Pública.
 2. Empresa Pública.
 3. Sociedade de Economia Mista.
 4. Autarquias.
- () Entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou a entidade da administração indireta.
- () Pessoa jurídica de direito público, criada por lei para desempenhar funções que sejam próprias e típicas do Estado.
- () Entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios.
- () Entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público.

A sequência **CORRETA** dessa associação é:

- (A) (3), (4), (2), (1).
- (B) (3), (1), (2), (4).
- (C) (1), (2), (3), (4).
- (D) (3), (2), (4), (1).
- (E) (4), (2), (1), (3).

13

O Poder _____ é a prerrogativa de direito público que, baseada na lei, autoriza a Administração Pública a restringir o uso e o gozo da liberdade e da propriedade em favor do interesse da coletividade.

Assinale a alternativa que completa **CORRETAMENTE** a afirmativa anterior:

- (A) hierárquico.
- (B) discricionário.
- (C) de polícia.
- (D) regulamentar.
- (E) judiciário.

14

Segundo a análise de elementos dos atos administrativos, há uma lista de elementos habitualmente considerados essenciais, apesar das divergências entre os autores. Com base nas características mencionadas por Celso Antônio Bandeira de Mello, assinale a alternativa que apresenta corretamente os elementos frequentemente reconhecidos como essenciais:

- (A) Sujeito, forma, objeto, processo e finalidade.
- (B) Sujeito, forma, objeto, motivo e finalidade.
- (C) Sujeito, objetivo, objeto, motivação e vontade.
- (D) Competência, forma, objetivo, motivo e vontade.
- (E) Sujeito, processo, objeto, finalidade e situação.

15

Trata-se do bem jurídico que o ato administrativo busca alcançar. Ou ainda do resultado legalmente previsto para a tipologia do ato, envolvendo o cumprimento dos objetivos específicos à sua natureza. Em outras palavras, é o objetivo essencial e específico que o ato administrativo pretende atingir, em conformidade com o interesse público.

De acordo com a definição apresentada, assinale a alternativa **CORRETA** que identifica o elemento do ato administrativo descrito:

- (A) Exigibilidade.
- (B) Forma.
- (C) Motivo.
- (D) Finalidade.
- (E) Objeto.

16

Abaixo estão os atributos dos atos administrativos, cada um deles conferindo uma característica específica ao ato. Relacione cada atributo com a definição correta.

- I. Presunção de legitimidade.
- II. Imperatividade.
- III. Exigibilidade.
- IV. Executoriedade.

- () É a qualidade pela qual o Poder Público pode compelir materialmente o administrado a cumprir uma obrigação, sem necessidade de recorrer ao Poder Judiciário para efetivar o cumprimento.
- () É a qualidade que reveste os atos administrativos, de modo que são presumidos verdadeiros e em conformidade com o Direito, até que se prove o contrário.

() É a qualidade pela qual os atos administrativos se impõem a terceiros, independentemente da sua concordância, permitindo que o Poder Público constitua obrigações unilateralmente.

() É de qualidade pela qual o Estado, no exercício da função administrativa, pode exigir dos administrados o cumprimento das obrigações impostas, sem recorrer ao Poder Judiciário.

- (A) IV, I, III, II.
- (B) I, II, III, IV.
- (C) I, IV, III, II.
- (D) IV, III, II, I.
- (E) IV, I, II, III.

17

Associe as duas colunas, relacionando os conceitos elencados no art. 4º, da Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 à sua definição:

1. Tratamento da Informação.
2. Informação Sigilosa.
3. Documento.
4. Integridade.

() aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado;

() unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato;

() qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino;

() conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação;

A sequência **CORRETA** dessa associação é:

- (A) (2), (3), (4), (1).
- (B) (1), (2), (3), (4).
- (C) (3), (2), (4), (1).
- (D) (4), (2), (1), (3).
- (E) (4), (1), (3), (2).

18

“Art. 15. No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de _____ a contar da sua ciência.

Parágrafo único. O recurso será dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada, que deverá se manifestar no prazo de _____”.

Segundo a Lei nº 12.527/2011, assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior:

- (A) 15 (quinze) dias; e 10 (dez) dias;
- (B) 10 (dez) dias; e 8 (oito) dias;
- (C) 10 (dez) dias; e 5 (cinco) dias;
- (D) 10 (dez) dias; e 15 (quinze) dias;
- (E) 5 (cinco) dias; e 5 (cinco) dias.

19

Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público ou militar, na forma do art. 32, da Lei nº 12.527/2011, **EXCETO**:

- (A) impor sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiros, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem.
- (B) agir com culpa ou dolo, independente de má-fé, na análise das solicitações de acesso à informação.
- (C) destruir ou subtrair, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado.
- (D) recusar-se a fornecer informação requerida nos termos desta Lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa.
- (E) ocultar da revisão de autoridade superior competente informação sigilosa para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros.

20

De acordo com a redação dos artigos da Lei nº 8.112/1990, assinale apenas a alternativa **CORRETA**:

- (A) A posse dar-se-á pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado, que poderão ser alterados unilateralmente, somente quando houver concordância da autoridade superior do órgão que promoveu o concurso público.
- (B) Somente o servidor aprovado no concurso público poderá pessoalmente tomar posse, não havendo previsão de posse por procuração na Lei nº 8.112/1990.
- (C) O concurso público terá validade de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da administração

pública, desde que a respectiva decisão seja fundamentada e publicado o novo prazo no Diário Oficial da União e em jornal diário de grande circulação.

- (D) O concurso público terá validade de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.
- (E) O servidor que deva ter exercício em outro município em razão de ter sido removido, redistribuído, requisitado, cedido ou posto em exercício provisório terá, no mínimo, trinta e, no máximo, noventa dias de prazo, contados da publicação do ato, para a retomada do efetivo desempenho das atribuições do cargo, incluído nesse prazo o tempo necessário para o deslocamento para a nova sede.

21

Considerando a disciplina das penalidades na Lei nº 8.112/1990, assinale apenas a alternativa **CORRETA**:

- (A) A demissão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência.
- (B) Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, porém, não serão levados em conta os antecedentes funcionais.
- (C) A advertência será aplicada no caso de cometimento de incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição.
- (D) A destituição de cargo em comissão exercido por ocupante de cargo efetivo será aplicada nos casos de infração sujeita às penalidades de advertência, suspensão e de demissão.
- (E) As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados, após o decurso de 3 (três) e 5 (cinco) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

22

“Art. 146. Sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão _____, de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou destituição de cargo em comissão, será obrigatória a instauração de _____”.

Assinale a alternativa que completa **CORRETAMENTE** as lacunas do enunciado do art. 146 da Lei nº 8.112/90:

- (A) por até 30 (trinta) dias e processo disciplinar.
- (B) por mais de 60 (sessenta) dias e processo disciplinar.

- (C) por mais de 30 (trinta) dias e inquérito policial.
- (D) por mais de 60 (sessenta) dias e inquérito policial.
- (E) por mais de 30 (trinta) dias e processo disciplinar.

23

A Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Segundo a referida lei, está certo afirmar que, **EXCETO**:

- (A) O desenvolvimento nacional sustentável é um princípio.
- (B) A segregação de funções é um princípio implícito.
- (C) O desenvolvimento nacional sustentável é um objetivo.
- (D) Observar as disposições da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro consta como princípio.
- (E) Julgar de forma objetiva é um princípio.

24

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, a fase preparatória do processo licitatório deve considerar uma série de aspectos técnicos, mercadológicos e de gestão. Entre os elementos que devem compor essa fase preparatória, assinale a alternativa que **NÃO** está prevista na legislação:

- (A) A avaliação e emissão do laudo final de celebração do contrato, garantindo o cumprimento dos prazos e disposições.
- (B) A descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracteriza o interesse público envolvido.
- (C) A definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso.
- (D) A definição das condições de execução e pagamento, incluindo garantias e condições de recolhimento.
- (E) A análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual.

25

A execução dos contratos administrativos, em conformidade com o previsto na Lei nº 14.133/2021, deve observar uma série de procedimentos e requisitos para garantir que o objeto contratado seja entregue de forma eficiente, segura e alinhada com o interesse público. Esse processo envolve a fiscalização, o acompanhamento e o cumprimento das obrigações contratuais pela

Administração e pelos contratados, garantindo a qualidade, o cumprimento dos prazos e a boa gestão dos recursos públicos. Considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021 sobre a execução dos contratos, analise as afirmativas a seguir e assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Não é proibido à Administração retardar imotivadamente a execução de obra ou serviço, ou de suas parcelas, inclusive na hipótese de posse do respectivo chefe do Poder Executivo ou de novo titular no órgão ou entidade contratante.
- (B) Nas contratações de obras e serviços de engenharia, sempre que a responsabilidade pelo licenciamento ambiental for da Administração, a manifestação prévia ou licença prévia, quando cabíveis, poderão ser obtidas depois da divulgação do edital.
- (C) O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- (D) Ao longo da execução do contrato, é facultado ao contratado cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.
- (E) A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados, ou pelos respectivos substitutos, sendo defeso a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

ÉTICA

26

O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, previsto pelo Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, define princípios e normas que orientam a conduta ética dos servidores públicos. Este código busca garantir que o comportamento dos servidores esteja em conformidade com valores de integridade, respeito ao interesse público e transparência, promovendo um ambiente administrativo pautado pela moralidade e pela ética. Com base nas disposições desse código, analise as afirmações e indique a alternativa que apresenta deveres fundamentais do servidor público:

- (A) ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração a este Código de Ética ou ao Código de Ética de sua profissão.

- (B) permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesses de ordem pessoal interfiram no trato com o público, com os jurisdicionados administrativos ou com colegas hierarquicamente superiores ou inferiores.
- (C) pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro servidor para o mesmo fim.
- (D) fazer uso de informações privilegiadas obtidas no âmbito interno de seu serviço, em benefício próprio, de parentes, de amigos ou de terceiros.
- (E) resistir a todas as pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações imorais, ilegais ou aéticas e denunciá-las.

27

O Código de Ética do Servidor Público, previsto no Decreto nº 1.171/1994, orienta a conduta ética dos servidores para promover a moralidade e o respeito ao interesse público. Considerando as normas desse código, assinie a alternativa **CORRETA**.

- (A) A pena aplicável ao servidor público pela Comissão de Ética é a advertência.
- (B) À Comissão de Ética incumbe fornecer, aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores, os registros sobre sua conduta moral.
- (C) A dignidade, o decoro, o zelo, a eficiência e a consciência dos princípios morais são primados maiores que devem nortear o servidor público.
- (D) A pena aplicável ao servidor público pela Comissão de Ética é a de censura.
- (E) A moralidade da Administração Pública se limita à distinção entre o bem e o mal.

28

A Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), com alterações introduzidas pela Lei nº 14.230/2021, estabelece normas para prevenir e punir atos que atentem contra os princípios da Administração Pública, o patrimônio público e a moralidade administrativa. A referida lei define quem está sujeito às suas disposições e estabelece os atos passíveis de sanção. Com base nas disposições dessa lei, está correto afirmar que, **EXCETO**:

- (A) Para os efeitos desta lei, consideram-se agente público o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente e com remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função.
- (B) Quanto aos recursos de origem pública, sujeita-se às sanções previstas nesta lei o particular, pessoa física ou jurídica, que celebra com a administração pública convênio, contrato de repasse, contrato de gestão, termo de parceria, termo de cooperação ou ajuste administrativo equivalente.
- (C) As disposições desta lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade.
- (D) Os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, salvo se, comprovadamente, houver participação e benefícios diretos, caso em que responderão nos limites da sua participação.
- (E) Se houver indícios de ato de improbidade, a autoridade que conhecer dos fatos representará ao Ministério Público competente, para as providências necessárias.

29

A Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), que passou por alterações pela Lei nº 14.230/2021, estabelece diretrizes e sanções para os atos que lesem o patrimônio público ou contrariem os princípios da moralidade e eficiência na Administração Pública. A legislação define as condutas sujeitas à sanção e especifica os agentes e particulares que podem ser responsabilizados por tais atos. Com base nas disposições dessa lei, constitui ato de improbidade administrativa importando em enriquecimento ilícito:

- I. receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público;
- II. perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal por preço inferior ao valor de mercado;
- III. receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para tolerar a exploração ou a

- prática de jogos de azar, de lenocínio, de narcotráfico, de contrabando, de usura ou de qualquer outra atividade ilícita, ou aceitar promessa de tal vantagem;
- IV. permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado;

Está **CORRETO** o que se afirma em:

- (A) I, II, III, IV.
 (B) I, III, IV.
 (C) II, III, IV.
 (D) I, II, IV.
 (E) I, II, III.

30

Sobre a ética na função pública, de acordo com os princípios que regem o comportamento do servidor público no exercício de suas atribuições, assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) O servidor público tem liberdade irrestrita para utilizar os recursos públicos, desde que tenha anuência da chefia imediata.
 (B) O servidor público deve tratar a coisa pública como extensão de seu patrimônio, desde que isso seja em benefício da coletividade.
 (C) A transparência e a publicidade dos atos administrativos são princípios fundamentais, salvo quando houver sigilo legalmente previsto.
 (D) O sigilo das informações públicas deve ser garantido até mesmo quando sua divulgação é de interesse público, para proteger a imagem do órgão.
 (E) As prioridades da administração pública podem incluir interesses privados, desde que haja impacto positivo na eficiência do serviço público.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

31

Nos termos do artigo 2º do Regimento Geral da Universidade Federal de Roraima – UFRR compõe a estrutura da UFRR, **EXCETO**:

- (A) o Conselho Diretor;
 (B) o Conselho Universitário
 (C) os Órgãos da Administração Acadêmica;
 (D) a Procuradoria Federal Especializada;
 (E) a Assembleia Universitária.

32

“Art. 73. _____, que é o processo educativo, cultural e científico, articula o ensino e a pesquisa de forma

indissociável e viabiliza a integração entre a UFRR e a sociedade”.

Assinale a alternativa que completa **CORRETAMENTE** a redação do Art. 73, do Regimento Geral da Universidade Federal de Roraima – UFRR:

- (A) O ensino;
 (B) A extensão universitária;
 (C) A pesquisa;
 (D) A graduação;
 (E) A autonomia universitária.

33

“Art. 1º A Universidade Federal de Roraima, UFRR, autorizada pela Lei nº 7.364/85, de 12 de setembro de 1985 e criada pelo Decreto. nº 98.127, de 08 de setembro de 1989, é uma _____, nos termos da Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, com sede e foro em Boa Vista, Estado de Roraima e com vinculação ao Ministério da Educação”.

Assinale a alternativa que completa **CORRETAMENTE** a redação do Art. 1º, do Estatuto da Universidade Federal de Roraima:

- (A) sociedade de economia mista, dotada de personalidade jurídica de direito privado;
 (B) fundação pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado;
 (C) fundação privada, dotada de personalidade jurídica de direito privado;
 (D) fundação pública, dotada de personalidade jurídica de direito público;
 (E) empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado.

34

Assinale a alternativa que corresponde corretamente à escolha e ao mandato do Reitor e do Vice-Reitor da Universidade Federal de Roraima, nos termos do artigo 22, do Estatuto da Universidade Federal de Roraima:

- (A) O Reitor e o Vice-Reitor, observada a legislação aplicável, em vigor, serão escolhidos pela comunidade acadêmica, de forma democrática, sob a coordenação do Conselho Universitário, para um mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução;
 (B) O Reitor e o Vice-Reitor, observada a legislação aplicável, em vigor, serão escolhidos pela comunidade acadêmica, de forma democrática, sob a coordenação do Conselho Universitário, para um

mandato de 04 (quatro) anos, permitidas quantas reconduções forem de interesse dos candidatos;

- (C) O Reitor, o Vice-Reitor e todos os Pró-Reitores da gestão, observada a legislação aplicável, em vigor, serão escolhidos pela comunidade acadêmica, de forma democrática, sob a coordenação do Conselho Universitário, para um mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução;
- (D) O Reitor e o Vice-Reitor, observada a legislação aplicável, em vigor, serão escolhidos pela comunidade acadêmica, de forma democrática, sob a coordenação do Conselho Diretor, para um mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução;
- (E) O Reitor e o Vice-Reitor, observada a legislação aplicável, em vigor, serão escolhidos pela comunidade acadêmica, de forma democrática, sob a coordenação do Conselho Universitário, para um mandato de 06 (seis) anos, permitida uma recondução.

35

Nos termos do Artigo 13 do Estatuto da Universidade Federal de Roraima – UFRR, são competências do Conselho Universitário, **EXCETO**:

- (A) fixar normas para a execução do regime financeiro, orçamentário e contábil da UFRR;
- (B) autorizar a aquisição, cessão, locação, permuta e alienação dos bens imóveis do patrimônio da UFRR;
- (C) acompanhar e fiscalizar a execução orçamentária e contábil da UFRR;
- (D) dar posse ao Reitor e Vice-Reitor, em sessão conjunta com o CEPE;
- (E) aprovar o Estatuto e o Regimento Geral da UFRR, ouvido o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE, no que lhe competir.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

36

João é estudante da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e está trabalhando em uma planilha no Microsoft Excel para organizar os dados de um projeto acadêmico. Ele precisa criar um gráfico para apresentar os resultados de suas análises de forma visual. No entanto, João ainda não está familiarizado com todos os recursos do Excel e deseja utilizar os menus para criar o gráfico.

Para auxiliar João na criação de um gráfico a partir dos dados de sua planilha no Microsoft Excel do Microsoft 365 na versão "Desktop", indique o caminho correto,

utilizando os menus, para que ele possa inserir um gráfico no documento.

- (A) Selecionar os dados → Menu "Arquivo" → Opção "Criar gráfico".
- (B) Selecionar os dados → Menu "Fórmulas" → Grupo "Inserir Gráfico".
- (C) Selecionar os dados → Menu "Revisão" → Opção "Gráfico de Análise".
- (D) Selecionar os dados → Menu "Inserir" → Grupo "Gráficos" → Escolher o tipo de gráfico.
- (E) Selecionar os dados → Menu "Dados" → Grupo "Visualização Gráfica".

37

Leia as afirmativas abaixo sobre o modo de navegação anônima do Google Chrome e assinale V para verdadeiro ou F para falso:

- () O modo de navegação anônima do Google Chrome armazena o histórico de navegação do usuário após a janela anônima ser fechada.
- () Ao utilizar o modo de navegação anônima, os cookies e dados de site não são salvos no dispositivo.
- () O modo de navegação anônima oferece total anonimato na internet, ocultando a atividade do usuário de todos os tipos de rastreamento.
- () As extensões instaladas no Google Chrome não são ativadas automaticamente no modo de navegação anônima, a menos que o usuário as habilite para esse modo.
- () Para abrir uma janela de navegação anônima, o usuário pode usar o atalho de teclado Ctrl + Shift + N (Windows) ou Command + Shift + N (Mac).

A sequência está **CORRETA** em:

- (A) V, V, F, V, V.
- (B) F, V, F, V, V.
- (C) F, F, V, V, V.
- (D) V, F, F, V, F.
- (E) F, V, F, F, V.

38

Recentemente, a Google desenvolveu uma solução de segurança que tem como principal objetivo substituir as senhas tradicionais, oferecendo um método mais seguro e prático de autenticação. Algumas de suas características incluem a capacidade de usar a biometria do dispositivo, como impressões digitais e reconhecimento facial, além de um código de segurança gerado em tempo real. Essa solução é projetada para ser utilizada em diversas

plataformas, proporcionando uma experiência de login fluida e segura protegendo suas informações particulares contra invasores.

Com base nas informações acima, identifique a ferramenta da Google a qual o texto está se referindo:

- (A) Google Authenticator.
- (B) Google Duo Passwordless.
- (C) Google YubiKey.
- (D) Google Password Manager.
- (E) Google Passkey.

39

A Universidade Federal de Roraima (UFRR), visando aprimorar a comunicação entre seus diferentes campi, implementou uma intranet institucional para facilitar o acesso seguro e rápido a sistemas acadêmicos e administrativos. Para garantir o funcionamento eficiente dessa rede, a UFRR configurou uma rede privada virtual (VPN) para acesso remoto de servidores e funcionários, além de utilizar VLANs para segmentar a rede local. Endereços IP privados são atribuídos dinamicamente por servidores DHCP em cada campus, e o tráfego entre os campi é gerenciado por firewalls que filtram pacotes com base em portas e protocolos. Sabendo que o tráfego de dados precisa ser seguro e os dispositivos utilizam o protocolo IPv4, analise as alternativas a seguir e assinale a **CORRETA**.

- (A) A utilização de endereços IP privados alocados dinamicamente via DHCP na intranet da UFRR não possibilita que os dispositivos se comuniquem diretamente com a internet pública, sendo necessário o uso de protocolo de rede, como o NAT (Network Address Translation) para possibilitar a comunicação.
- (B) A segmentação da rede da UFRR por meio de VLANs elimina a necessidade de VPN para a comunicação segura entre os campi, pois a segmentação lógica da rede garante a criptografia do tráfego de dados.
- (C) O protocolo DHCP utilizado nos campi da UFRR não apenas atribui endereços IP de forma dinâmica, mas também define as portas de comunicação para garantir a segurança da troca de informações entre os dispositivos.
- (D) Firewalls na rede da UFRR, operando na camada de rede (camada 3), podem filtrar pacotes com base em endereços IP de origem e destino, mas não são capazes de atuar na camada de transporte (camada 4), que controla portas TCP e UDP.
- (E) O uso de VPNs pela UFRR garante a segurança completa do tráfego entre os campi, tornando

desnecessário o uso de firewalls e outras medidas de controle de acesso e segurança na rede.

40

Um administrador de sistemas Linux precisa configurar as permissões de um script chamado backup.sh usando o comando chmod, de forma a garantir que:

1. Apenas ele (dono do arquivo) tenha permissão completa para ler, modificar e executar o script.
2. Os demais membros do grupo e outros usuários do sistema possam apenas visualizar e executar o script, mas sem poder alterá-lo.

Qual comando chmod e permissão numérica ele deve aplicar ao arquivo backup.sh para atender a esses requisitos?

- (A) chmod 777 backup.sh.
- (B) chmod 600 backup.sh.
- (C) chmod 755 backup.sh.
- (D) chmod 644 backup.sh.
- (E) chmod 541 backup.sh.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONTADOR

41

As demonstrações contábeis são uma representação estruturada da posição patrimonial e financeira e do desempenho da entidade e tem como objetivo proporcionar informação acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade que seja útil a um grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisões econômicas. De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis, o conjunto completo de demonstrações contábeis inclui uma série de demonstrativos. Assinale abaixo a alternativa que **NÃO** representa um dos demonstrativos previstos no CPC 26:

- (A) Demonstração do valor adicionado.
- (B) Notas explicativas.
- (C) Balanço patrimonial.
- (D) Demonstração do resultado do exercício.
- (E) Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados.

42

No ano de 20x0 foram extraídos do balanço patrimonial da empresa Lucros S.A as seguintes contas com os seus respectivos saldos:

Caixa	R\$ 80.000,00
Fornecedores	?
Reserva de lucros	R\$ 48.000,00
Imobilizado	R\$ 50.000,00
Intangível	R\$ 60.000,00
Estoques	R\$ 44.000,00
Empréstimos obtidos	?
Ações em tesouraria	R\$ 14.000,00
Reserva de capital	R\$ 37.000,00
Clientes	R\$ 35.000,00
Capital Social	R\$ 90.000,00
Investimentos	R\$ 44.000,00
Depreciação acumulada	R\$ 8.000,00

Considerando que o balanço acima não apresentou o saldo das contas de fornecedores e de empréstimos realizados pela empresa, é correto afirmar que o saldo total do passivo exigível da empresa no exercício de 20x0 é de:

- (A) R\$ 152.000,00.
- (B) R\$ 144.000,00.
- (C) R\$ 160.000,00.

(D) R\$ 116.000,00.

(E) R\$ 124.000,00.

43

Ao final de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício. De acordo com a lei nº 6.404/76, assinale a alternativa correta a respeito das Demonstrações Contábeis:

- (A) A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) deverá indicar as alterações ocorridas, durante o exercício, no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregando-se em, no mínimo, três fluxos: Das operações, dos investimentos e dos financiamentos.
- (B) A Demonstração do Resultado Abrangente (DRA) indicará o valor da riqueza gerada pela companhia, a sua distribuição, entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como, empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como da parcela da riqueza não distribuída.
- (C) A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) indicará as participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa.
- (D) A Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA) deverá indicar o montante do dividendo por ação do capital social e poderá ser incluída na demonstração das mutações do patrimônio líquido, se elaborada e publicada pela companhia.
- (E) Na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia.

44

O art. 165 da Constituição Federal de 1988 estabelece que são leis de iniciativa do Poder Executivo o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). A respeito desses instrumentos de planejamento, assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) O Plano plurianual consiste em um instrumento de planejamento de longo prazo que estabelece as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração

Pública Federal para as despesas de capital e outras dela decorrentes, e para as relativas as diretrizes de políticas fiscal e respectivas metas.

- (B) A Lei de diretrizes orçamentárias estabelecerá de forma regionalizada as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras dela decorrentes.
- (C) O Plano Plurianual consiste em um instrumento de planejamento de médio prazo que estabelece as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública Federal para as despesas de capital e outras dela decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada. Retrata, em visão macro, as intenções do gestor para um período de quatro anos.
- (D) A Lei Orçamentária Anual estabelecerá a previsão de receitas, a fixação de despesas, bem como a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- (E) A Lei Orçamentária Anual compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública.

45

“Os Princípios Orçamentários visam estabelecer diretrizes norteadoras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público” (MCASP, 10ª edição). Neste sentido, assinale abaixo a alternativa **CORRETA**:

- (A) O princípio da proibição do estorno prevê que é vedada a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.
- (B) O princípio da anualidade determina a existência de orçamento único para cada um dos entes federados – União, estados, Distrito Federal e municípios – com a finalidade de se evitarem múltiplos orçamentos paralelos dentro da mesma pessoa política.
- (C) O princípio da totalidade prevê que o exercício financeiro coincidirá com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.
- (D) O princípio da exclusividade prevê que o registro das receitas e despesas na LOA deverá ocorrer exclusivamente pelo valor total e bruto, vedadas quaisquer deduções.
- (E) O princípio da legalidade prevê que o Orçamento de cada ente deve apresentar o mínimo de padronização ou uniformidade na apresentação de dados, de forma

a permitir que os usuários realizem comparações entre os diversos períodos.

46

Créditos adicionais são autorizações legais para despesas não previstas ou insuficientemente dotadas no orçamento público, classificando-se em suplementares, especiais ou extraordinários. Eles são fundamentais para a flexibilidade da gestão orçamentária, permitindo ajustes conforme mudanças nas necessidades ou imprevistos, garantindo que o governo possa cumprir suas obrigações financeiras e responder a emergências. Neste sentido, assinale a alternativa que **NÃO REPRESENTA** uma das fontes para a abertura de créditos adicionais:

- (A) Excesso de arrecadação.
- (B) Anulação total ou parcial de dotações orçamentárias.
- (C) O produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.
- (D) Emissão de papel moeda.
- (E) Reserva de contingência.

47

A receita orçamentária corresponde a todos os ingressos disponíveis para a cobertura das despesas orçamentárias e para as operações que, mesmo sem o ingresso de recursos, financiem despesas orçamentárias, como é o caso das chamadas operações de crédito em bens e/ou serviços. Em relação as classificações da receita, julgue os itens abaixo:

- I. A receita patrimonial é origem da receita de capital.
- II. A receita de amortização de empréstimos é origem da receita de capital.
- III. A receita de dividendos é origem da receita corrente.
- IV. A receita industrial é origem da receita corrente.

Estão **CORRETOS** os itens:

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas II, III e IV.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas I, III e IV.
- (E) Apenas II e IV.

48

Após a conclusão de um determinado procedimento licitatório realizado na Universidade Federal de Roraima, foi realizada a emissão de nota de empenho com a seguinte classificação da despesa: 4.4.90.52. Nessa

situação, o terceiro e o quarto dígito, que representam o número 90, indica:

- (A) O elemento de despesa.
- (B) A modalidade de aplicação.
- (C) A categoria econômica.
- (D) Desdobramento facultativo do elemento de despesa.
- (E) O grupo de natureza da despesa.

49

A despesa orçamentária é realizada através de um conjunto de etapas sucessivas, nas quais a autoridade administrativa competente adota os procedimentos necessários para alcançar o fim público. O Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (10ª edição) estabelece as etapas de planejamento e de execução da despesa pública. Neste sentido, assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) A etapa de execução da despesa orçamentária compreende os seguintes estágios: Processo de licitação e contratação, empenho, liquidação e pagamento.
- (B) A etapa de planejamento da despesa orçamentária compreende os seguintes estágios: Fixação da despesa, descentralização de créditos orçamentários, empenho e liquidação.
- (C) A etapa de execução da despesa orçamentária compreende os seguintes estágios: Descentralização de créditos orçamentários, empenho, liquidação e pagamento.
- (D) A etapa de planejamento da despesa orçamentária compreende a fixação da despesa orçamentária, a descentralização de créditos orçamentários, a programação orçamentária e financeira e o processo de licitação e contratação.
- (E) A etapa de planejamento da despesa orçamentária compreende: Fixação, empenho, liquidação e pagamento.

50

Imagine a seguinte situação hipotética: no mês de abril de 2024, a Universidade Federal de Roraima realizou as seguintes despesas:

1. Emissão de nota de empenho para aquisição de 20 computadores, cuja entrega deverá ocorrer de uma única vez.
2. Emissão de nota de empenho para contratação de empresa responsável por serviços de limpeza com dedicação de mão de obra exclusiva, cujo contrato terá vigência por 12 meses.

3. Emissão de nota de empenho para aquisição de material de consumo, cuja entrega deverá ocorrer de uma única vez.
4. Emissão de nota de empenho para custear as despesas com energia elétrica até o final do ano de 2024.
5. Emissão de nota de empenho para aluguel de um imóvel, cujo contrato terá duração de 8 meses.

Considerando que os empenhos devem ser emitidos nas modalidades ordinário, estimativo ou global, assinale abaixo a alternativa que representa sequencialmente a modalidade de cada um dos empenhos emitidos:

- (A) Ordinário, global, ordinário, estimativo, global.
- (B) Ordinário, estimativo, ordinário, global, estimativo.
- (C) Global, global, estimativo, estimativo, ordinário.
- (D) Ordinário, ordinário, estimativo, global, estimativo.
- (E) Ordinário, global, estimativo, global, global.

51

Analise as informações a seguir extraídas do Balanço orçamentário de um determinado ente da federação, referente ao exercício de 2023.

Despesas Orçamentárias	Balanço orçamentário de 2023				
	Dotação Inicial	Dotação atualizada	Despesas empenhadas	Despesas liquidadas	Despesas pagas
Despesas correntes	R\$ 18.000.000,00	R\$ 19.500.000,00	R\$ 18.800.000,00	R\$ 14.760.000,00	R\$ 12.340.000,00
Despesas de capital	R\$ 4.000.000,00	R\$ 4.800.000,00	R\$ 3.320.000,00	R\$ 1.690.000,00	R\$ 1.040.000,00
Total das despesas	R\$ 22.000.000,00	R\$ 24.300.000,00	R\$ 22.120.000,00	R\$ 16.450.000,00	R\$ 13.380.000,00

Considerando as informações acima e assumindo que todo o saldo remanescente das despesas será inscrito em restos a pagar, assinale a alternativa que apresenta o valor inscrito com restos a pagar processados referente as despesas correntes.

- (A) R\$ 700.000,00.
- (B) R\$ 4.040.000,00.
- (C) R\$ 2.420.000,00.
- (D) R\$ 6.460.000,00.
- (E) R\$ 7.160.000,00.

52

A normatização dos procedimentos contábeis relativos ao ativo imobilizado das entidades do setor público foi elaborada em consonância com a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC TSP) – 07 – Ativo Imobilizado. (MCASP, 2023)

Assim, temos que:

- I. O Ativo Imobilizado é o item tangível que é mantido para o uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos, inclusive os

decorrentes de operações que transfiram para a entidade os benefícios, riscos e controle desses bens, cuja utilização se dará por mais de um período.

- II. O ativo imobilizado, excluindo os gastos adicionais ou complementares, é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção.
- III. Quando os elementos do ativo imobilizado tiverem vida útil econômica limitada, ficam sujeitos a depreciação sistemática durante esse período.
- IV. Quando um item do ativo imobilizado é reavaliado, a depreciação acumulada na data da reavaliação deve ser eliminada contra o valor contábil bruto do ativo, atualizando-se o seu valor líquido pelo valor reavaliado.

Analise as afirmativas, descritas acima, e assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) Todas as afirmativas estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- (E) Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.

53

A Prefeitura de Boa Viagem do Norte identificou um erro no sistema de cobrança, sendo que um de seus tributos foi cobrado indevidamente de alguns contribuintes, havendo a necessidade de se fazer a restituição. Após identificar o valor total da cobrança, este deverá ser restituído, porém, o desembolso esperado foi calculado em R\$ 6 milhões. Por outro lado, caso haja a identificação de que o erro foi resultado de, apenas, uma cobrança a maior do tributo, o desembolso esperado foi calculado em R\$ 3 milhões, porém, se esse erro do sistema não afetou a cobrança do tributo, não haverá valor a ser restituído. Assim, estimou-se que 20% tenham sido tributados a maior, 35% dos contribuintes foram tributados indevidamente e que 45% não foram afetados.

Considerando a situação acima, a provisão com essas restituições terá o valor esperado de:

- (A) R\$ 2.250.000.
- (B) R\$ 2.400.000.
- (C) R\$ 2.100.000.
- (D) R\$ 2.700.000.
- (E) R\$ 2.600.000.

54

O 13º salário (gratificação natalina) e férias são exemplos de obrigações consideradas passivos derivados de apropriações por competência, não se confundem,

portanto, com o termo provisões. Para o reconhecimento dos passivos relacionados ao 13º salário e às férias deve-se realizar a apropriação mensal em conformidade com o regime de competência. (MCASP, 2023).

Nesse sentido, assinale a alternativa que apresenta o procedimento adequado no registro do 13º salário e/ou férias:

- (A) A apropriação mensal das férias é composto apenas pelo duodécimo de férias para cada mês trabalhado, sendo o abano constitucional (1/3) registrado apenas quando houver o seu pagamento na folha de salários mensal.
- (B) Os encargos patronais incidentes sobre 13º salário e férias não são objeto de apropriação mensal, pois serão recolhidos no ato de seu pagamento na folha de salários mensal.
- (C) O pagamento das férias usualmente é realizado separadamente da folha de salários mensal.
- (D) A apropriação mensal do 13º salário por competência é o reconhecimento da obrigação do duodécimo de 13º Salário para cada mês trabalhado.
- (E) No encerramento do exercício poderá haver saldo na conta de apropriação mensal do 13º salário, principalmente, se o funcionário público for exonerado no mês de seu pagamento.

55

Muitas dúvidas surgem no momento de relacionar as Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) com seus efeitos no patrimônio, principalmente quanto à decisão de se contabilizar uma variação patrimonial (VPA ou VPD) ou direto no patrimônio líquido em uma conta de Superávit ou Déficit Acumulados. (MCASP, 2023)

Assim, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, em seu Art. 37, as Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) abrangem três situações, que são:

- (A) Despesas decorrentes de contrato de parceria Público-Privada; Restos a Pagar cancelados antes da prescrição da dívida; Compromissos atuais e futuros do regime previdenciário.
- (B) Despesas Decorrentes da Participação em Fundos; Restos a pagar não processados a liquidar; Compromissos definidos no plano de benefícios do RPPS.
- (C) Despesas decorrentes da participação do ente no respectivo consórcio; Restos a pagar não processados em liquidação; Compromissos internacionais e de guerra.

- (D) Despesas de venda do ativo ou da unidade geradora de caixa; Restos a pagar processados; Compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária.
- (E) Despesas de exercícios encerrados; Restos a pagar com prescrição interrompida; Compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente.

56

A data das demonstrações contábeis corresponde à data do último dia do período contábil e à data da autorização para emissão. Nesse sentido, havendo qualquer alteração realizada nas demonstrações contábeis, no período compreendido entre essas datas, esta será denominada:

- (A) Ativo ou Passivo contingente.
 (B) Retificação de erro.
 (C) Custos subsequentes.
 (D) Evento subsequente.
 (E) Valor residual.

57

Políticas contábeis são os princípios, bases, convenções, regras e procedimentos adotados pela entidade na elaboração e apresentação das demonstrações contábeis. (MCASP, 2023).

Assim, quando se diz que ocorreu “um ajuste nos saldos contábeis de ativo ou passivo que decorrem de nova informação ou inovações”, significa que houve uma:

- (A) Retificação de erro.
 (B) Aplicação impraticável.
 (C) Mudança de estimativa contábil.
 (D) Aplicação prospectiva.
 (E) Aplicação retrospectiva.

58

Plano de contas é a estrutura básica da escrituração contábil, formada por uma relação padronizada de contas contábeis, que permite o registro contábil dos atos e fatos praticados pela entidade de maneira padronizada e sistematizada, bem como a elaboração de relatórios gerenciais e demonstrações contábeis de acordo com as necessidades de informações dos usuários. (MCASP, 2023).

Assim, em relação ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) é correto afirmar que:

- (A) O PCASP atende às peculiaridades das empresas estatais dependentes e dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS).
- (B) Seu único objetivo é padronizar os registros contábeis das entidades do setor público para atender à administração direta e à administração indireta das três esferas de governo.
- (C) Apesar de sua padronização, o PCASP não permite a elaboração de relatórios nos padrões adotados por organismos internacionais, como os do Government Finance Statistics Manual (GFSM) do Fundo Monetário Internacional (FMI).
- (D) O PCASP não permite o detalhamento das contas contábeis, portanto, não atende de modo adequado às peculiaridades de cada ente público.
- (E) Apesar de sua padronização, o PCASP não contribui de maneira adequada para a tomada de decisão ou para a racionalização de custos no setor público.

59

Conforme a NBC TSP – Estrutura Conceitual, os elementos correspondem às estruturas básicas a partir das quais as demonstrações contábeis são elaboradas. Essas estruturas fornecem um ponto inicial para reconhecer, classificar e agregar dados e atividades econômicas de maneira a fornecer aos usuários informação que satisfaça aos objetivos e atinja as características qualitativas da informação contábil, levando em consideração as restrições sobre esta. (MCASP, 2023).

Com base nas informações apresentadas abaixo, associe as duas colunas, relacionando os conceitos apresentados a seus respectivos elementos:

1. Ativo Circulante.
2. Ativo Não Circulante.
3. Ativo Financeiro.
4. Ativo Permanente.
5. Passivo Circulante.
6. Passivo Não Circulante.
7. Passivo Financeiro.
8. Passivo Permanente.

- () Compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.
- () Compreende os elementos que estiverem disponíveis para realização imediata ou tiverem a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis.
- () Compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

- () Compreende os elementos que possuem expectativa de realização acima de doze meses após a data das demonstrações contábeis.
- () Compreende os elementos que corresponderem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis.
- () Compreende as dívidas fundadas e outros pagamentos que independam de autorização orçamentária.
- () Compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.
- () Compreende os elementos que corresponderem a valores exigíveis em período superior a doze meses após a data das demonstrações contábeis.

- (A) 4, 1, 7, 2, 5, 8, 3, 6.
- (B) 4, 1, 8, 2, 5, 7, 3, 6.
- (C) 6, 7, 5, 4, 3, 1, 8, 2.
- (D) 3, 1, 7, 2, 5, 8, 4, 6.
- (E) 3, 1, 8, 2, 5, 7, 4, 6.

60

As variações patrimoniais quantitativas decorrem de transações que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido e devem ser registradas no momento da ocorrência do seu fato gerador, independentemente de recebimento ou pagamento (princípio da competência). Constituem-se, pois, em fenômenos modificativos que afetam a situação líquida (patrimônio líquido) da entidade, subdividindo-se em: variação patrimonial aumentativa (VPA) e variação patrimonial diminutiva (VPD) (BEZERRA FILHO, 2024). Por sua vez, a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o _____ do exercício (MCASP, 2023).

Assinale a alternativa que completa corretamente o texto acima:

- (A) Lançamento de tributos e contribuições a receber.
- (B) Lançamento patrimonial.
- (C) Resultado patrimonial.
- (D) Superávit/déficit financeiro.
- (E) Cancelamento de obrigações (dívidas) a pagar.

61

Considerando as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), analise as sentenças abaixo, depois, faça o que se pede:

- I. A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.
- II. O Balanço Orçamentário tem a finalidade de evidenciar as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.
- III. Conforme a estrutura definida para o Balanço Financeiro, os ingressos e dispêndios devem ser apresentados segundo a classificação por fonte ou destinação de recursos e detalhados, no mínimo em: Recursos Não Vinculados; Recursos Vinculados (exceto ao RPPS); e Recursos Vinculados ao RPPS.
- IV. A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) tem a finalidade de evidenciar as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.
- V. A NCT TSP 12 faculta a utilização alternativa do método direto ou indireto para a elaboração do Fluxo de Caixa das atividades operacionais, contudo, incentiva a utilização do segundo método.

Com base na análise das afirmativas acima, assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas I, IV e V estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas II, III e V estão corretas.
- (E) Apenas as afirmativas II, IV e V estão corretas.

62

Junto aos quadros das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) devem ser apresentadas informações adicionais, que são consideradas parte integrante das demonstrações. Assim, o Balanço Orçamentário deverá ser acompanhado das seguintes informações:

1. O regime orçamentário e o critério de classificação adotados no orçamento aprovado.
2. O período a que se refere o orçamento.
3. As entidades abrangidas.
4. O detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias, quando relevante.

5. O detalhamento das despesas executadas por tipos de créditos (inicial, suplementar, especial e extraordinário); entre outras.

Essas informações deverão ser divulgadas por meio de:

- (A) Relatório do Tribunal de Contas.
 (B) Parecer técnico do Tribunal de Contas.
 (C) Modelo aprovado pelo Tribunal de Contas.
 (D) Relatório do órgão responsável pela elaboração do Balanço.
 (E) Notas Explicativas.

63

A Conformidade Contábil no SIAFI visa garantir que os registros contábeis das unidades gestoras estejam em conformidade com a legislação vigente, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), e o Manual SIAFI.

Com base no Manual SIAFI, analise as afirmativas a seguir e marque V para verdadeiro e F para falso:

- () A Conformidade Contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial consiste na certificação de que as demonstrações contábeis geradas pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) estão de acordo com a Lei nº 4.320/1964, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e Manual SIAFI.
- () O registro da Conformidade Contábil pode ser realizado por profissionais que atuem em funções de supervisão contábil, desde que demonstrem amplo conhecimento da área e possuam experiência formal, independentemente de registro no Conselho Regional de Contabilidade (CRC).
- () Os ativos, passivos e itens do patrimônio líquido devem ser incluídos nas demonstrações contábeis nos valores apropriados, e quaisquer ajustes de valorização e alocação devem ser feitos durante o período contábil, garantindo a precisão das demonstrações.
- () A Conformidade Contábil deve focar-se nas demonstrações contábeis mensais, pois os relatórios de encerramento do exercício são auditados separadamente e não requerem acompanhamento contínuo ao longo do exercício.

Alternativas **CORRETAS**:

- (A) V, V, F, F.
 (B) V, F, V, F.
 (C) V, F, F, F.

(D) F, F, F, V.

(E) V, V, V, F.

64

Associe cada conceito listado abaixo às definições fornecidas, com base nos manuais 020352 (Despesas de Exercícios Anteriores - DEA) e 020317 (Restos a Pagar) do SIAFI.

Conceitos:

1. Princípio da Universalidade.
2. Restos a Pagar Não Processados.
3. Disponibilidade Financeira Vinculada.
4. Restos a Pagar Processados.
5. Despesas de Exercícios Anteriores (DEA).

Definições:

- A. "Despesa empenhada cuja liquidação já ocorreu, mas que ainda não foi paga, sendo inscrita no sistema contábil para execução posterior".
- B. "Despesa de exercício anterior que não foi processada no tempo adequado e requer crédito orçamentário disponível para ser quitada".
- C. "Todas as receitas e despesas dos órgãos e entidades de um ente federativo devem constar do orçamento público, de acordo com o art. 2º da Lei nº 4.320/1964".
- D. "Montante de recursos financeiros disponíveis em conta específica, que devem ser utilizados exclusivamente para as finalidades definidas na legislação orçamentária, sem possibilidade de livre utilização para outras finalidades".
- E. "Despesa empenhada, mas não liquidada e nem paga até 31 de dezembro, inscrita no sistema contábil para execução futura".

Alternativas **CORRETAS**:

- (A) 1-C, 2-E, 3-D, 4-A, 5-B.
 (B) 1-C, 2-A, 3-D, 4-E, 5-B.
 (C) 1-D, 2-E, 3-A, 4-B, 5-C.
 (D) 1-A, 2-B, 3-E, 4-D, 5-C.
 (E) 1-B, 2-D, 3-C, 4-A, 5-E.

65

"2.1 - O regime de adiantamento, suprimento de fundos, é aplicável aos casos de despesas expressamente definidos em lei, e consiste na entrega de numerário a servidor, sempre precedida de empenho na dotação própria, para o fim de realizar despesas que, pela excepcionalidade, a critério do Ordenador de Despesa e

sob sua inteira responsabilidade, não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação...".

Sendo aplicável nos seguintes casos:

- I. O suprimento de fundos é utilizado para atender despesas eventuais, inclusive em viagem e com serviços especiais, que exijam pronto pagamento.
- II. O suprimento de fundos pode ser utilizado para despesas contínuas e rotineiras, desde que autorizadas previamente pelo Ordenador de Despesa.
- III. O suprimento de fundos é aplicado para despesas de caráter sigiloso, conforme definido em regulamento.
- IV. O suprimento de fundos pode ser utilizado sem limites de valor estabelecidos em Portaria do Ministro da Fazenda, desde que a despesa seja excepcional e devidamente justificada.
- V. O suprimento de fundos é utilizado para despesas de pequeno vulto, conforme limites estabelecidos em Portaria do Ministro da Fazenda.

Alternativas **CORRETAS**:

- (A) II, IV e V.
- (B) I, II e III.
- (C) I, III e IV.
- (D) I, III e V.
- (E) II e III.

66

Complete o seguinte trecho do parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal:

Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que _____, _____, _____, _____ ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumira _____ de natureza _____.

Alternativas **CORRETAS**:

- (A) detenha, controle, proteja, gerencie | responsabilidades, orçamentária.
- (B) utilize, arrecade, guarde, gerencie | obrigações, pecuniária.
- (C) utilize, arrecade, guarde, controle | obrigações, pecuniária.
- (D) administre, arrecade, execute, conserve | funções, financeira.
- (E) utilize, arrecade, guarde, controle | obrigações, tributária.

67

Associe as duas colunas, relacionando as características qualitativas da informação contábil à sua definição, conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (STN, 10ª Edição):

1. Tempestividade.
 2. Relevância.
 3. Comparabilidade.
 4. Representação Fidedigna.
 5. Verificabilidade.
 6. Compreensibilidade.
- () Qualidade que assegura que a informação representa fielmente os fenômenos econômicos que se propõe a representar.
- () Qualidade que permite que os usuários compreendam o significado da informação.
- () Ter a informação disponível para os usuários antes que perca sua utilidade para os processos de decisão.
- () Capacidade de a informação influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e divulgação.
- () Capacidade de identificar semelhanças e diferenças entre dois ou mais itens de informação.
- () Qualidade que assegura que dois observadores independentes podem chegar ao consenso sobre a fidedignidade da informação.

A sequência **CORRETA** dessa associação é:

- (A) 1, 2, 3, 4, 5, 6.
- (B) 4, 5, 1, 3, 2, 6.
- (C) 4, 6, 1, 2, 3, 5.
- (D) 3, 2, 1, 4, 5, 6.
- (E) 2, 3, 5, 6, 1, 4.

68

Associe as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) com seus respectivos objetivos:

1. NBC TSP 12.
 2. NBC TSP 03.
 3. NBC TSP 23.
 4. NBC TSP 07.
- () Definir diretrizes sobre provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.
- () Fornecer informações sobre as alterações históricas de caixa e equivalentes de caixa.
- () Estabelecer critérios para políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificações de erro.

() Estabelecer o tratamento contábil para ativos imobilizados.

A sequência **CORRETA** dessa associação é:

- (A) 2, 1, 3, 4.
- (B) 2, 1, 4, 3.
- (C) 4, 3, 1, 2.
- (D) 1, 4, 2, 3.
- (E) 3, 4, 1, 2.

69

De acordo com a NBC TSP 01 - Receita de Transação sem Contraprestação, a entrada de recursos de transação sem contraprestação que se enquadre na definição de ativo deve ser reconhecida como ativo quando e somente quando:

- 5. For provável que os _____ futuros e o _____ de serviços associados com o ativo fluam para a entidade.
- 6. O valor justo do ativo puder ser _____ de maneira confiável.

A sequência **CORRETA** dessa associação é:

- (A) recursos econômicos; retorno; mensurado.
- (B) benefícios econômicos; potencial; avaliado.
- (C) benefícios econômicos; potencial; mensurado.
- (D) recursos financeiros; retorno; avaliado.
- (E) benefícios financeiros; potencial; mensurado.

70

De acordo com o item 39 da NBC TSP 11, marque a alternativa **CORRETA**:

- (A) Normalmente, as demonstrações contábeis são elaboradas com o pressuposto de que a entidade não terá continuidade e não permanecerá em operação no futuro previsível. Ao avaliar se o pressuposto de continuidade é apropriado, os responsáveis pela elaboração das demonstrações devem considerar apenas informações passadas e não devem considerar o futuro.
- (B) Normalmente, as demonstrações contábeis são elaboradas com o pressuposto de que a entidade terá continuidade, permanecerá em operação e atenderá às suas obrigações legais no futuro previsível. Ao avaliar se o pressuposto de continuidade é apropriado, os responsáveis pela elaboração das demonstrações devem levar em consideração toda a informação disponível sobre o futuro, que é o período mínimo de doze meses (mas não limitado a esse

período) a partir da data de aprovação das demonstrações contábeis.

- (C) Normalmente, as demonstrações contábeis são elaboradas com o pressuposto de que a entidade terá continuidade, mas pode não permanecer em operação. Ao avaliar se o pressuposto de continuidade é apropriado, os responsáveis pela elaboração das demonstrações devem levar em consideração apenas informações limitadas sobre o futuro, que é o período máximo de doze meses a partir da data de aprovação das demonstrações contábeis.
- (D) Normalmente, as demonstrações contábeis são elaboradas sem o pressuposto de continuidade e podem não atender às suas obrigações legais no futuro previsível. Ao avaliar se o pressuposto de continuidade é apropriado, os responsáveis devem considerar informações irrelevantes sobre o futuro, que é o período máximo de doze meses.
- (E) Normalmente, as demonstrações contábeis são elaboradas com o pressuposto de que a entidade terá continuidade, permanecerá em operação e atenderá às suas obrigações legais. Ao avaliar se o pressuposto de continuidade é apropriado, os responsáveis pela elaboração das demonstrações devem levar em consideração toda a informação disponível sobre o futuro, que é o período mínimo de seis meses a partir da data de aprovação das demonstrações contábeis.

